

AGENTES AGROFLORESTAIS INDÍGENAS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA REM ACRE FASE II



Por meio do:



UK Government



GOVERNO DO
ACRE

AGENTES AGROFLORESTAIS INDÍGENAS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA REM ACRE FASE II

Esta Nota Técnica aborda aspectos fundamentais do apoio concedido pelo Programa REM Acre Fase II aos povos indígenas, através do pagamento de 148 bolsas de formação aos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI), ancorado no Programa de Bolsas de Apoio à Formação dos AAFIs, estabelecido na Lei Estadual nº 3.357, de 18 de dezembro de 2017. A lei assegura aos AAFIs que desempenham ações para proteger os territórios de seus povos e promovem atividades de manejo sustentável o direito ao auxílio ao seu processo de formação profissional. O estudo analisa a importância do trabalho dos Agentes Agroflorestais Indígenas no Acre e a efetividade de suas atividades, através de aporte financeiro decorrente da cooperação financeira entre os governos do estado do Acre, Alemanha e Reino Unido.

Palavras-chave: Agentes Agroflorestais Indígenas. Programa REM. Povos Indígenas. Sustentabilidade. Acre.



Coordenadora-geral

Marta Azevedo

Elaboração e Revisão

Dinah Rodrigues Borges

Agradecimentos a equipe técnica

Arinelson Moraes Viana

Érica Lima de Oliveira

Júlio César da Silva

Gustavo César de Oliveira Souza

Raimundo Fontenelle

Yrle da Rocha Fontinele

Diagramação e Arte

Ellem Jady

Fotos

Acervo Programa REM Acre

Acervo CPI



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA REM ACRE.....	5
3. AGENTES AGROFLORESTAIS INDÍGENAS E A IMPORTÂNCIA PARA O DESEMPENHO DAS AÇÕES NO ÂMBITO DO PROGRAMA REM ACRE FASE II.....	10
4. FORMAÇÃO DOS AGENTES AGROFLORESTAIS INDÍGENAS NO ÂMBITO DO CENTRO DE FORMAÇÃO DOS POVOS DA FLORESTA.....	12
5. PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL COMO NORTEADOR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROGRAMA REM ACRE.....	16
6. ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DOS AGENTES AGROFLORESTAIS INDÍGENAS - AMAAIAC	27
7. POVOS INDÍGENAS NO ACRE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O MEIO AMBIENTE.....	28
8. RESULTADOS DOS AGENTES AGROFLORESTAIS INDÍGENAS - AAFIS NO ACRE	29
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
10. REFERÊNCIAS.....	31

1. INTRODUÇÃO

Esta Nota Técnica abordará aspectos fundamentais do apoio concedido pelo Programa REM Acre Fase II aos povos indígenas, através do pagamento de 148 bolsas de formação aos Agentes Agroflorestais Indígenas, ancorado no Programa de Bolsas de Apoio à Formação dos AAFIs, estabelecido na Lei Estadual nº 3.357, de 18 de dezembro de 2017. A lei assegura aos AAFIs que desempenham ações para proteger os territórios de seus povos e promovem atividades de manejo sustentável dentro e fora de suas localidades, colaborando para a melhoria da qualidade de vida nas aldeias, bem como com a redução de emissões de gases de efeito estufa por desmatamento e degradação, o direito ao auxílio durante seu processo de formação profissional.

Dos recursos totais do Programa REM/Ac, 12% são destinados aos beneficiários do subprograma territórios indígenas, os quais estão inseridos no eixo do 70% das ações finalísticas do Programa. Todas as ações previstas são definidas através e em consonância com a câmara temática indígena, instância de governança do SISA.

Para analisar a importância do trabalho dos Agentes Agroflorestais Indígenas no Acre e a efetividade de suas atividades, através de aporte financeiro decorrente da cooperação financeira entre os governos do estado do Acre, Alemanha, em parceria com o Reino Unido, esta Nota Técnica encontra-se estruturada em três grupos principais de análise: A implementação do Programa REM Acre, a partir de 2012; O papel fundamental dos Agentes Agroflorestais e as atividades desenvolvidas nas terras indígenas e Plano de Gestão Territorial como instrumento de Políticas Públicas e a importância dos AAFIs para o Programa REM, por meio da Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre – AMAAIAC.

2. A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA REM ACRE

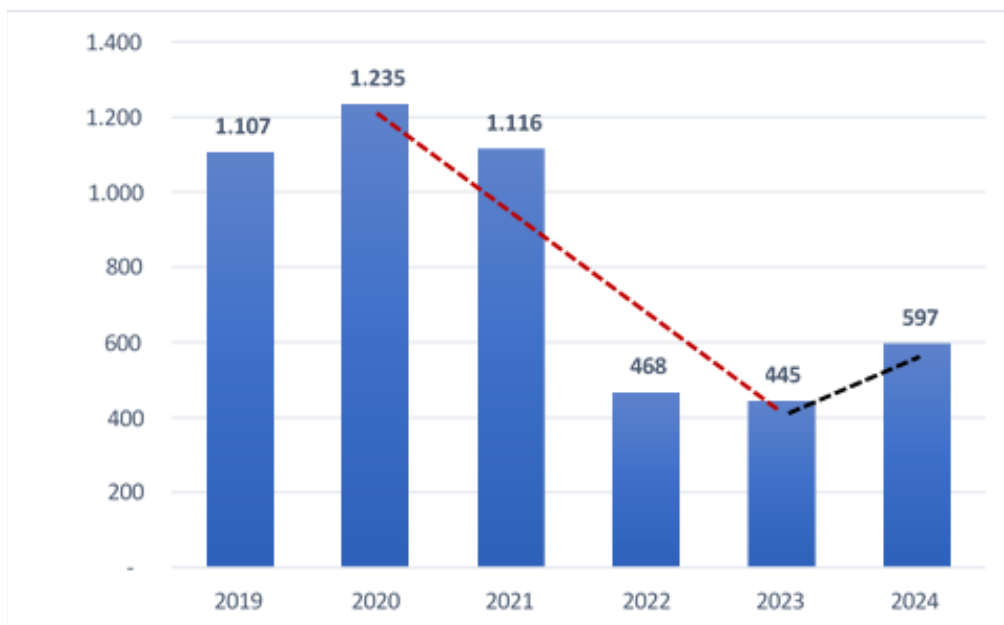
O Programa *REDD+¹ Early Movers* (REM) é uma iniciativa do Governo Federal da Alemanha, iniciada em 2012 com recursos do Fundo de Energia e Clima, visando contribuir com a proteção do clima, por meio da proteção das florestas. O Programa reconhece governos nacionais e subnacionais que adotaram iniciativas pioneiras de contribuição para a mitigação do aquecimento global por meio de remuneração baseada em resultados adequadamente documentados e verificados de redução de emissões por desmatamento evitado.

O estado do Acre vem sendo beneficiado com recursos não-reembolsáveis por meio do Programa REM desde 2012, que hoje se encontra na sua segunda fase iniciada em 2018, com previsão de encerramento em 31 de dezembro de 2026. O programa vem sendo implementado há 12 anos, com a fase I implementada entre 2013 a 2017 e a fase II no período de 2018 a 2022, prorrogada até o final de 2026.

A taxa de desmatamento nas propriedades dos beneficiários do Programa REM de 2020 a 2023 apresentou uma redução de 64% representando na linha vermelha na Figura 18. Entretanto, a taxa de desmatamento 2023 a 2024 apresentou um incremento de 34% representada na linha na cor preta (Figura 1). Estes resultados são de uma amostragem de 974 polígonos das propriedades dos beneficiários dos subprogramas Território da Produção Familiar e Pecuária diversificada. Dados de desmatamento do subprograma Territórios Indígenas não foram incluídos nesta análise.

¹ REDD+, sigla em inglês para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal para Pioneiros.

Figura 1: Atualização do Incremento da taxa de desmatamento nas propriedades dos beneficiários do Programa REM 2023 e 2024



Fonte: Dados da UCP/REM 2024

A tendência indica que, embora tenha havido uma redução significativa no desmatamento entre 2020 e 2023, o aumento registrado de 2023 para 2024 gera uma preocupação para a implementação futura do programa. Para reverter esse quadro, serão necessários um monitoramento mais intenso e uma melhor compreensão das causas e vetores associados a esse recente aumento do desmatamento junto aos beneficiários. Como mostra a figura abaixo.

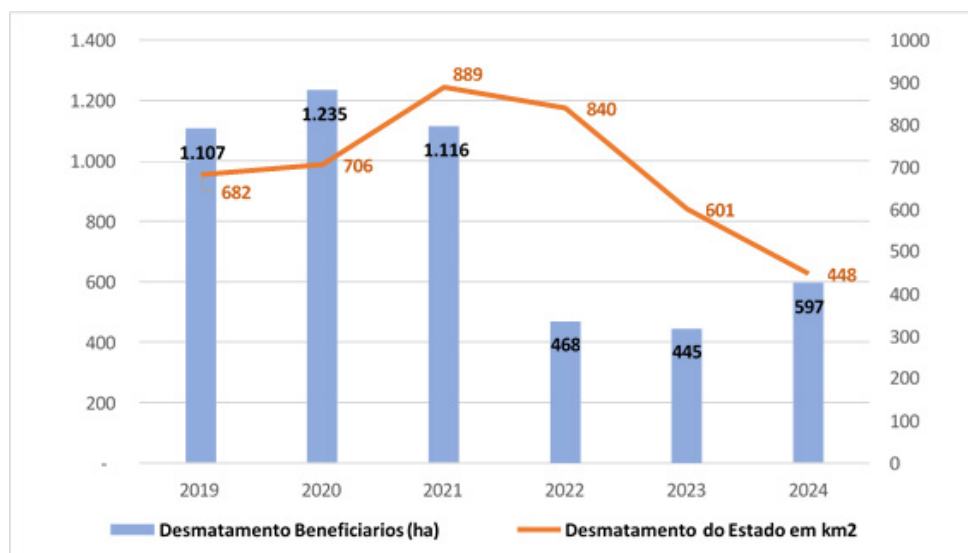
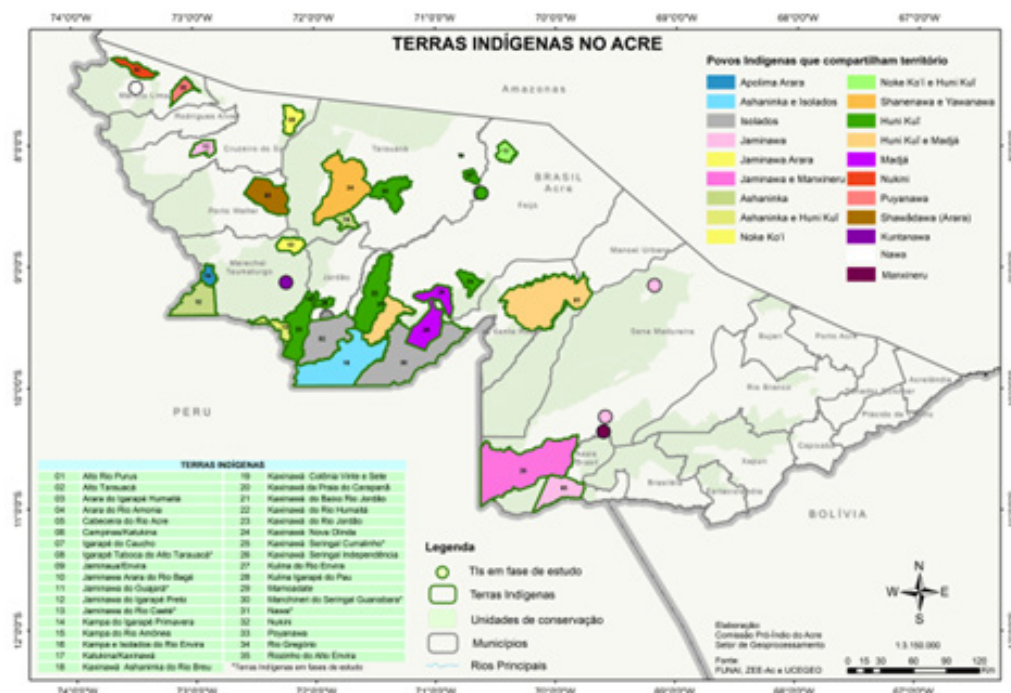


Figura 2: INPE/PRODES, 2024 e UCP/REM 2024

2.1 Marco Lógico e Objetivos

A implementação do Programa REM AC Fase II é resultado das lições aprendidas com a Fase I. O programa conta com o apoio financeiro do Governo Alemão e do Governo Britânico, que realizam desembolsos ex-post com base nos resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento (REDD+) no Estado do Acre nos anos florestais 2014/2015 a 2016/2017. Os recursos têm sido direcionados para fortalecer a implementação de políticas de desenvolvimento com baixas emissões de tCO₂e, por

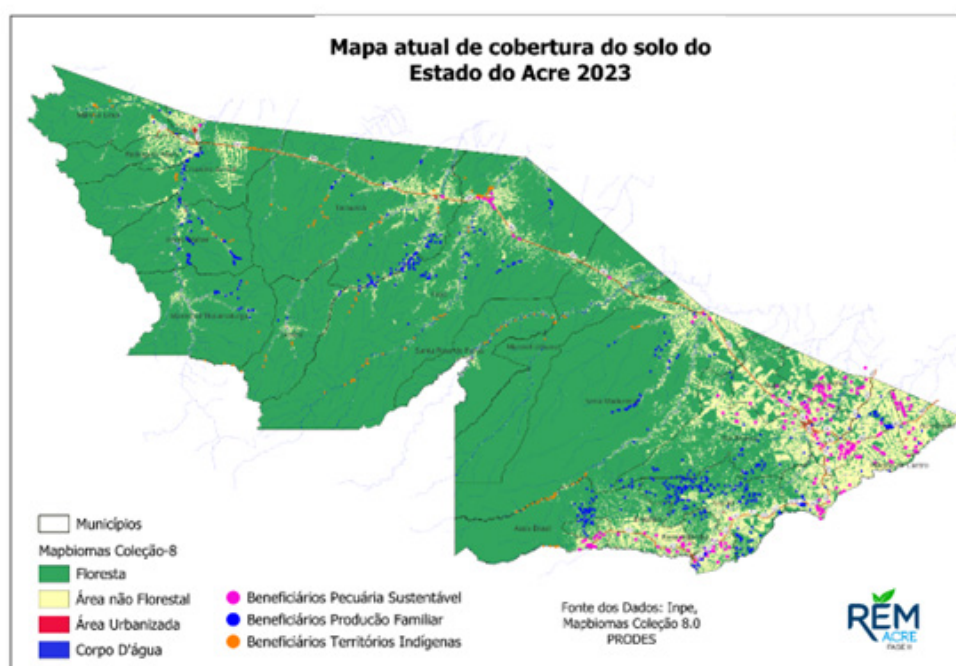
meio de subprogramas específicos, bem como para fortalecer institucionalmente o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais do Acre - SISA.



Fonte: CPI-Acre, 2024

O Marco Lógico do programa é uma ferramenta essencial para o planejamento, monitoramento e avaliação do Programa REM Acre, que tem como principal objetivo oferecer financiamento ponte de REDD+ em conformidade com a Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas UNFCCC. Este modelo de financiamento baseado em resultados busca contribuir para a proteção do clima, por meio da conservação da floresta, resultando na redução das emissões de gases de efeito estufa.

Figura 3: Localização das propriedades dos Beneficiários do Programa REM Fase 2, incluindo Beneficiários indígenas



Fonte: Dados do Programa REM/UCP 2024 e BPA, 2024

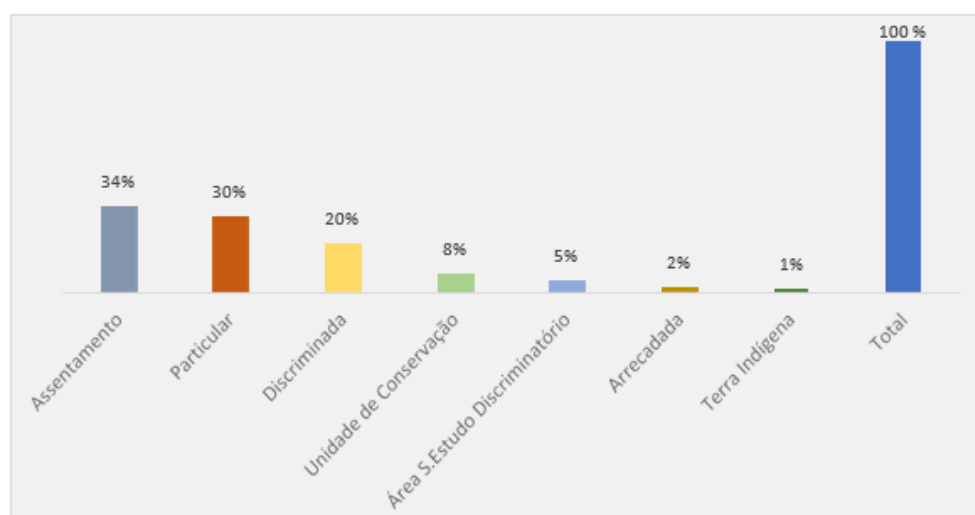
Distribuição espacial dos beneficiários do REM se mostra na Figura 3. Neste mapa de geolocalização dos beneficiários do Programa também foram incluídas as operações integradas de comando e controle para 2024.

2.2 Contribuição das Terras Indígenas

Com base em dados do PRODES, as Terras Indígenas muito têm colaborado na busca do alcance do nível de referência do Programa. O desmatamento histórico acumulado nas terras indígenas soma 1,23% da extensão total do Estado do Acre, demonstrando uma tendência antagônica em comparação aos dados de incremento do desmatamento no Estado do Acre durante os primeiros 04 anos de implementação do Programa REM.

O gráfico de distribuição do desmatamento por categoria fundiária destaca duas categorias principais: assentamento rural e área particular, que contribuíram com o desmatamento entre 30% e 34% entre 1988 e 2021. Aproximadamente 40% dos beneficiários do Programa REM Acre fazem parte destas duas categorias, motivo pelo qual é necessário revisar e analisar, em escala estadual, o percentual de contribuição das categorias fundiárias no desmatamento ao longo do tempo.

Figura 4: Comparativo da contribuição ao desmatamento acumulado no Acre, entre classes fundiárias, no período de 1988 – 2022.



Fonte: Programa REM, Nota técnica 01, 2023

Em termos de categorias fundiárias (Figura 04), no Acre, historicamente as maiores taxas de desmatamento ocorrem nos setores que envolvem a posse explícita da terra, como assentamentos (34% do total desmatado) e lotes particulares (30% do total desmatado), em detrimento de terras indígenas e unidades de conservação, onde a posse da terra é indireta e obedece a padrões institucionais e culturais diferenciados. Porém, é importante destacar a situação das áreas tidas como de vazios fundiários (ou seja, sem informação de destinação), que englobam as categorias “não discriminada”, “arrecadada” e “discriminada”, que ainda envolvem mais de 20% de toda área do Estado e incorporam cerca de 26% do total desmatado até 2021.

Os dados do desmatamento acumulado de 2018 a 2021 não indicam a dinâmica do desmatamento por categoria fundiária anualmente. A publicação da UCGEL em 2024 realiza análises da contribuição por categoria fundiária para 2022. Os dados indicam que em primeiro lugar a categoria fundiária de assentos do Incra contribui com 2% (Tabela 5). A categoria fundiária que menos contribui é de Unidades de Conservação menor que 1% (UCGEL,2024).

Dados para os anos de 2023 e 2024 sobre a situação fundiária associada ao desmatamento, fornecidos pelo PRODES, ainda não foram disponibilizados. Por este motivo, as análises apresentadas na Nota Técnica 02 sobre desmatamento por categoria fundiária consideram informações até o ano de 2022.

A Tabela 6 apresenta a distribuição espacial do desmatamento para o ano de 2022 por categorias fundiárias no Estado, quantificando a contribuição de cada tipo de posse da terra, permitindo a identificação de hotspots de desmatamento.

Tabela 6: Desmatamento das propriedades dos beneficiários do Programa REM Fase II por subprograma e projetos de 2019 a 2024

Tipo de Categoria Fundiária	Área total analisada (ha)	Desmatamento em 2022 (ha)	Desmatamento por classe(%)
Projetos de assentamento	1.635.945	25.367	2
Propriedades particulares	3.114.417	28.520	1
Área discriminadas	2.229.415	21.584	1
Unidade de conservação	5.167.966	13.381	0,3
Áreas sem estudo discriminada	1.474.934	9.576	1
Áreas arrecadadas	313.595	1.713	1
Terras Indígenas	2.485.209	381	0,02
Total	16.421.481	100.522	

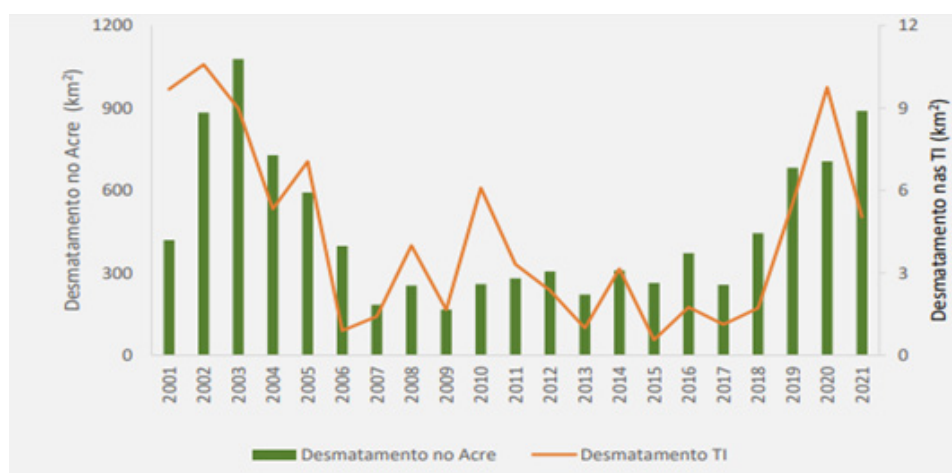
Fonte: PRODES/UCGEL, 2024

2.3 Dinâmica do Desmatamento nas Terras Indígenas

As Terras Indígenas (TI) constituem uma classe fundiária importante no território acreano. Estes territórios funcionam como uma das principais barreiras ao avanço do desmatamento, além de serem áreas fundamentais na proteção socioambiental e cultural do Estado. O desmatamento nas TIs apresentou incremento menor que 1% (31.301 km²), para o período de 2001 a 2022.

A dinâmica do desmatamento nas TIs apresenta padrões diferentes das outras categorias fundiárias. Nas análises realizadas nas TIs, observa-se que o maior incremento acumulado de área desmatada não supera 18% (122 km² ou 12.200 ha).

Figura 5: Desmatamento no estado do Acre e nas Terras Indígenas no período de 2001 a 2021. Fonte: INPE/PRODES – adaptado da CI-REM Acre Fase II



Para uma análise mais refinada do desmatamento nos territórios indígenas, foi revisado o total de área desmatada no momento da sua criação. Muitos territórios revelaram que foram criados já com um passivo relevante, como é o caso da TI Colônia Vinte e Sete, com uma área total de 1,1 km², que no momento da sua criação já

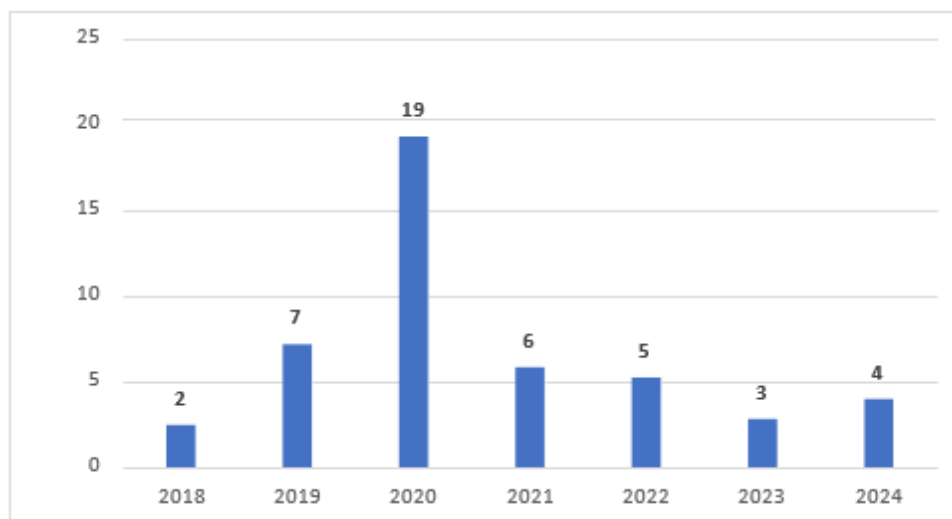
apresentava 73% de sua área desmatada.

De 2014 a 2018 (período do REM fase I), o percentual de desmatamento nas terras indígenas diminuiu consideravelmente devido à regeneração natural e às ações realizadas pelos AAFIs e demais grupos familiares, com a introdução de sistemas agroflorestais, a recuperação e o manejo de áreas degradadas, roçados e campos. Nesse período, apenas 0,55% do desmatamento no estado ocorreu nas terras indígenas.

Importante mencionar que a vulnerabilidade destes territórios aumentou nos últimos quatro anos (2018 a 2021), considerando que estes territórios são de gestão federal. O incremento da taxa de desmatamento foi menor que 1% (31.301 km²), para o período de 2001 a 2021 (REM, 2023, Nota Técnica de desmatamento 01).

Entender a dinâmica do desmatamento que vem acontecendo nas TIs é importância para o Programa REM que vem implementando atividades nestes territórios. Um recorte da taxa de desmatamento para os anos de implementação do Programa REM Fase II indica que em 2020 teve um incremento de 19 km² representando um incremento de 171% quando comparado com 2019. Entretanto, a partir de 2020, teve uma queda constante fazendo uma total redução de 84% até 2023 (referente a 2020). De 2023 a 2024 teve um incremento de 33% (Figura 5).

Figura 5: Desmatamento no estado do Acre e nas Terras Indígenas no período de 2001 a 2021.



Fonte: INPE/PRODES 2024, adaptado pela CI/GIS-REM Acre Fase II

3. AGENTES AGROFLORESTAIS INDÍGENAS E A IMPORTÂNCIA PARA O DESEMPENHO DAS AÇÕES NO ÂMBITO DO PROGRAMA REM ACRE FASE II

Os Agentes Agroflorestais Indígenas - AAFIs são reconhecidos por uma política pública consolidada pela Lei Estadual nº 3.357/2017, que instituiu o programa de pagamento de bolsas de apoio à formação profissional e às atividades em campo dos agentes, por meio de curso técnico em nível médio, conforme aprovado pela Resolução do Conselho Estadual de Educação do Acre - CEE/AC nº 236/2009, reconhecendo oficialmente a atuação destes.

3.1 Seleção e Capacitação

Os AAFIs são selecionados pelas comunidades indígenas para participarem de cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC, promovida pelo Centro de Formação dos Povos da Floresta, localizado no sítio da Comissão Pró-Índígena - CPI Acre, organização

não governamental e instituições de ensino, sendo fundamental para garantir a continuidade e valorização dos saberes ancestrais.

Nesses cursos, os AAFIs são capacitados em diversas técnicas de manejo agroflorestal, que visam integrar espécies florestais, agrícolas e/ou animais, promovendo a sustentabilidade e a produtividade nos territórios.

Os critérios de seleção do AAFIs estabelecidos pela AMAAIAC para a indicação dos agentes agroflorestais são resultado de intensas discussões envolvendo as comunidades indígenas, suas entidades representativas e parceiros governamentais e não governamentais

3.2 Protagonismo Feminino e Papel das Mulheres Agentes Agroflorestais

Atualmente (2025), há crescimento das questões de gênero e o protagonismo de mulheres agentes agroflorestais. Muitas participam da mobilização por reconhecimento da categoria, além de atuarem fortemente em iniciativas de agroecologia, segurança alimentar e nutricional através das atividades nos roçados, hortas orgânicas, sistemas agroflorestais, reintrodução de sementes da tradição indígena, criação e manejo de pequenos animais domésticos e silvestres.

Este momento temos seis agentes agroflorestais mulheres atuando em quatro Terras Indígenas, apoiadas com bolsas de formação pelo Programa REM. As agentes agroflorestais trabalham no uso e no manejo ecologicamente fundamentais dos recursos naturais existentes nas terras indígenas, no resgate e intercâmbios das sementes pré-colombianas. As mulheres agentes agroflorestais indígenas vêm desempenhando papel crucial nesse processo de reintrodução das sementes da tradição, por serem as verdadeiras guardiãs das formas ancestrais de cultivo, armazenamento de muitas das sementes e essências florestais cultivadas ao longo do tempo. As mulheres indígenas se dedicam a agricultura, coleta de alimentos, confecção de artesanatos e transmissão de conhecimento. Nesse sentido, são responsáveis por conservar, armazenar e cultivar formas ancestrais de cultivo nos roçados de terra firme e praias. Muitas mulheres lideranças e professoras indígenas, protagonizam movimentos, articulam junto à comunidade escolar e familiar, atividades voltadas a cultura e tradição alimentar. As mulheres estão à frente do enfrentamento das mazelas causada pelos extremos climáticos: secas e enchentes severas que influenciam diretamente nos sistemas produtivos: roçados de terra firme e roçados de praias. A participação de mulheres como agentes, vem atender anseio e articulação dos movimentos de mulheres indígenas. Um exemplo marcante foi a fala da professora Francisca Arara, da terra indígena Arara do Igarapé Humaitá, povo indígena Shawadawa, atualmente, (2025) Francisca Arara é secretária extraordinária da secretaria dos povos indígenas do governo estado do Acre, cuja voz inspirou e animou mulheres indígenas durante o evento: cuidando da floresta e do clima. Nesse evento, Francisca Arara, ressaltou o protagonismo feminino nas discussões sobre políticas públicas ambientais e direitos indígenas.

3.3 Assistência Técnica e Extensão Rural

A Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER nas Terras Indígenas assume uma importância fundamental para a biodiversidade e o desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas, considerando suas particularidades culturais e estruturais. A presença dos agentes, masculinos e femininos, nesse contexto é essencial, uma vez que conseguem estabelecer um diálogo efetivo com os anciãos e anciãs, detentores de conhecimentos tradicionais fundamentais para a produção agrícola.

3.4 Desafios Contemporâneos

Os AAFIs estão diretamente envolvidos em ações de planejamento e gestão dos territórios, com foco na redução dos impactos socioambientais e no fortalecimento das práticas culturais de manejo sustentável. Uma de suas principais preocupações é enfrentar a crescente pressão sobre o uso da terra, provocada tanto pelo aumento populacional nas comunidades quanto pela limitação espacial decorrente da demarcação dos territórios indígenas.

A situação se agrava diante dos efeitos das mudanças climáticas, evidenciados nos últimos anos (2023 e 2024) por eventos extremos como enchentes e secas severas. Esse contexto exige a adoção urgente de novas práticas e técnicas de manejo dos recursos naturais, mais adaptadas à nova realidade ambiental e social dos territórios indígenas.

4. FORMAÇÃO DOS AGENTES AGROFLORESTAIS INDÍGENAS NO ÂMBITO DO CENTRO DE FORMAÇÃO DOS POVOS DA FLORESTA



O processo de formação dos agentes agroflorestais indígenas no Acre envolve cursos teóricos e práticos, realizados em parceria com o Centro de Formação dos Povos da Floresta e outras organizações, visando o manejo sustentável das terras indígenas.

4.1 Objetivos da Formação

A formação tem por objetivo valorizar, intensificar e expandir os conhecimentos e as práticas de gestão territorial e ambiental nas Terras Indígenas (TIs), por meio de processos educacionais, técnicos e profissionalizantes integrados à educação básica. No estado do Acre, há um número aproximado de 230 AAFIs representantes de 15 povos, atuando em 35 Terras Indígenas, dos quais cinquenta e três AAFIs estão cursando o ensino técnico profissionalizante, coordenado pelo Centro de Formação dos Povos da Floresta.

4.2 Estrutura dos Cursos

Os cursos de formação são realizados uma vez ao ano no Centro de Formação dos Povos da Floresta, da CPI-Acre, localizado na zona rural do município de Rio Branco. Conforme a Proposta Curricular, a formação dos AAFIs tem uma perspectiva interdisciplinar em que, ao longo de todo o processo de formação, alguns temas relacionados ao contexto político comum e particular aos agentes permitem a criação de um elo de discussão entre as diversas áreas de estudo.

4.3 Perfil dos AAFIs

Grande parte dos AAFIs são egressos das escolas indígenas em funcionamento nas aldeias nos últimos anos. Ou seja, estes agentes constituem uma nova geração de jovens das sociedades indígenas do Acre que são uma expressão dos processos escolares de aquisição da escrita, da segunda língua (português) e de outros bens e técnicas demandadas pelo contato com a sociedade nacional.

4.4 Organização Política

Nos últimos anos, os AAFIs ganharam força no Acre como uma categoria profissional qualificada para trabalhar a gestão territorial e ambiental das próprias Terras Indígenas e seus entornos, estando organizados politicamente na Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC).

4.5 Etapas da Formação

4.5.1 Cursos Teóricos e Práticos

A formação inclui aulas no Centro de Formação dos Povos da Floresta, com atividades práticas e teóricas em sistemas agroflorestais, hortas orgânicas, viveiros, criações de animais, criação de peixes, quelônios (tracajá) e captação de água da chuva.

Os cursos seguem as seguintes etapas:

- i) Cursos Intensivos no Centro de Formação dos Povos das Florestas (CFPF), que constitui a parte presencial e;
- ii) Oficinas Itinerantes nas aldeias, que constituem as aulas e atividades práticas do processo de formação.

4.5.2 Aprendizado sobre Sistemas Agroflorestais e Gestão Territorial e Ambiental

A formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFIs) abrange um aprendizado abrangente sobre os sistemas agroflorestais, nos quais os agentes aprendem a consorciar culturas anuais com espécies frutíferas e florestais, além das técnicas de manejo e criação de animais. O objetivo é fortalecer práticas produtivas sustentáveis que respeitam a biodiversidade e as tradições culturais dos povos indígenas.

Os sistemas agroflorestais indígenas (SAFIs) combinam técnicas agrícolas tradicionais e modernas, criando espaços produtivos que mimetizam a heterogeneidade da floresta nativa. Eles incluem espécies nativas como frutíferas (açaí, pupunha), madeiras leves (andiroba, cedro) e plantas de cobertura (leguminosas fixadoras de nitrogênio), proporcionando alimento, material de construção, remédios e renda, além de manter a fertilidade do solo e a conservação da água.

Em exemplos práticos os agroflorestais demonstram modelos eficazes de SAFIs, que funcionam como corredores ecológicos, fortalecendo a biodiversidade, garantindo colheitas diversificadas ao longo do ano e respeitando os ciclos naturais da floresta.

Essa abordagem valoriza a transmissão intergeracional de saberes, assegurando a continuidade do conhecimento ancestral diante dos desafios das mudanças climáticas e pressões externas. Os SAFIs contribuem para a produção sustentável, restauração ambiental e o fortalecimento cultural dos povos indígenas.

A valorização destes sistemas que integra capacitação intercultural, investimentos em cadeias de valor e reconhecimento político, ampliando o alcance dessas práticas para promover desenvolvimento sustentável e soberania alimentar indígena.

A gestão territorial e ambiental também é uma parte essencial dessa formação. Os agentes são capacitados para realizar o monitoramento e a conservação dos recursos naturais das terras indígenas, garantindo a preservação dos ecossistemas essenciais para a vida das comunidades.

Além disso, os AAFIs são preparados para atuar como multiplicadores em suas comunidades, difundindo os conhecimentos adquiridos para outros membros das aldeias, o que potencializa o alcance e o impacto das práticas sustentáveis.

Outro aspecto vital é o fortalecimento das comunidades, promovendo a segurança alimentar e nutricional, a recuperação de áreas degradadas e o desenvolvimento sustentável dos territórios indígenas. Isso contribui para a autonomia, resiliência social, cultural e ambiental dos povos.

4.6 Conteúdo Curricular

O currículo inclui disciplinas básicas em língua indígena e língua portuguesa, matemática, geografia (ênfase em cartografia indígena), disciplinas técnico-profissionalizantes, sistemas agroflorestais (SAFs), agroecologia, ecologia indígena, manejo de animais domésticos e silvestres (avicultura, meliponicultura, piscicultura, quelonicultura), horta orgânica, criação de viveiros e compostagem, artes e ofícios, educação ambiental, saúde ambiental, saneamento básico e informática.

Formação dos AAFIs – Projeto Político Pedagógico

Áreas de estudo da formação básica:

Línguas (Portuguesa e Indígena), Literatura e Informática
Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química) e Matemática
História e Geografia

As áreas de estudo da formação técnica profissional:

Arqueologia Indígena

Cartografia Indígena

Fundamentos e diretrizes políticas da formação dos AAFIs

Ecologia Indígena

Agrofloresta

Horta Orgânica

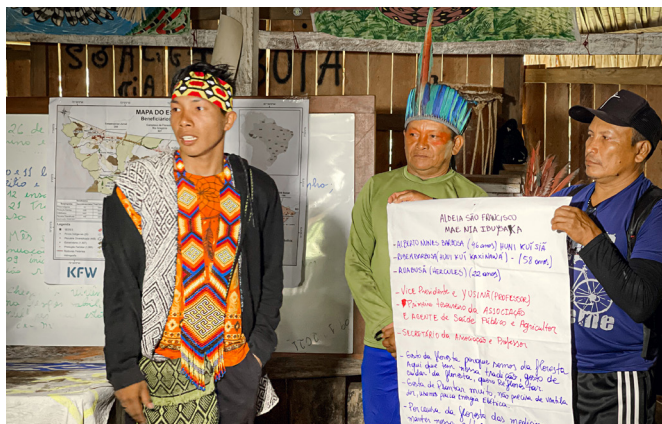
Manejo e Criação de animais domésticos e silvestres

Uso, Manejo e Conservação dos Recursos Naturais

Artes e Ofício

Ilustração Científica

Tecnologias Socioambientais

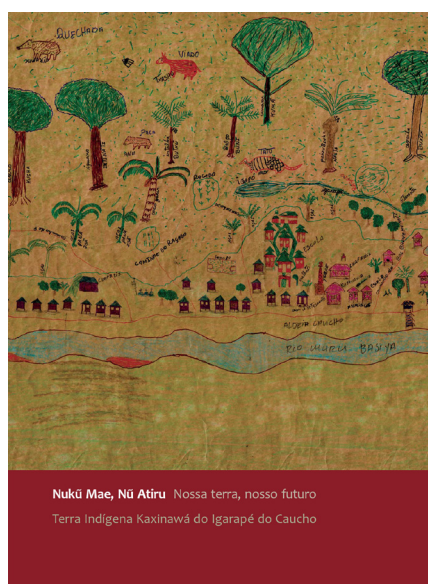


5. PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL COMO NORTEADOR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROGRAMA REM ACRE

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) é um instrumento estratégico construído de forma coletiva pelos povos indígenas para orientar o uso sustentável dos recursos, proteger seus territórios e fortalecer sua autonomia. Os AAFIs exercem papel central em todas as etapas do PGTA — desde a elaboração, implementação até o monitoramento das ações, atuando como articuladores entre os saberes tradicionais, as necessidades das comunidades e as exigências técnicas.

5.1 Importância dos PGTAs

Com apoio dos AAFIs, os PGTAs deixam de ser apenas documentos formais e se tornam verdadeiras ferramentas de gestão ativa dos territórios. Eles permitem abandonar práticas assistencialistas e adotar modelos de planejamento alinhados às prioridades definidas pelos próprios povos indígenas, com participação efetiva de homens, mulheres e anciãos.



5.2 Implementação dos PGTIs

Durante a Fase II do Programa REM, foram implementados 40 Planos de Gestão de Terras Indígenas (PGTIs).

Os PGTIs desempenham um duplo papel:

- a) **Diálogo com as Comunidades:** O objetivo é alinhar os planejamentos com a realidade das comunidades e da Terra Indígena, fornecendo uma medida exata das ações do Estado.
- b) **Instrumentalização dos Entes Governamentais:** Fornecem informações precisas sobre as aldeias e suas intenções, otimizando recursos financeiros e humanos.

Quadro 1: Acompanhamento da Implementação dos Planos de Gestão de Terras Indígenas (PGTIs) até 2025, por meio das chamadas públicas

Chamamento	Organização	Projeto	Município	Metas
Chamamento Público N° 001/2018	Associação dos Seringueiros Kaxinawa do Rio Jordão - ASKARJ	Pesquisa de Potenciais Espécies oleaginosas na Aldeia Lago Lindo - Terra Indígena Kaxinawá do Jordão para uso Sustentável	Jordão	Meta 01 - Levantamento de espécies potenciais de espécies vegetais oleaginosas e tinturas na área da Aldeia Lago Lindo;
				Meta 02 - Capacitação para 30 mulheres em boas práticas de coleta, extração de espécies vegetais oleaginosas e tinturas;
				Meta 03 - Fortalecimento em gestão administrativa, estrutura física e equipamentos para a ASKARJ;
	Associação Agro-Extrativista Puyanawa do Barão e Ipiranga - AAPBI	Recuperação Florestal de Áreas Alteradas da Terra Indígena Poyanawa	Mâncio Lima	Meta 01 - Realização de visitas a quintais agroflorestais existentes;
				Meta 02 - Construção de estruturas básicas (12x25 e 9x15);
				Meta 03 - Treinamento para uso de GPS para coleta de sementes florestais e monitoramento; Treinamento para produção de mudas de espécies nativas (manejo); Rodas de conversa sobre manejo de consórcios agroflorestais e serviços ambientais.
				Meta 04 - Distribuição das mudas e plantio; Ações de monitoramento.
	Associação de Seringueiros, Produtores e Artesãos Kaxinawá de Nova Olinda - ASPAKNO	Fortalecimento e desenvolvimento sustentável da TI Kaxinawá de Nova Olinda	Feijó	Meta 01 - Fomentar organização produtiva de sistemas agroflorestais – SAF's;
				Meta 02 - Incrementar a cadeia do artesanato;
				Meta 03 - Promover o Fortalecimento Cultural;

Chamamento	Organização	Projeto	Município	Metas
Chamamento Público N° 001/2018	Associação de Seringueiros, Produtores e Artesãos Kaxinawá de Nova Olinda - ASPAKNO	Fortalecimento e desenvolvimento sustentável da TI Kaxinawá de Nova Olinda	Feijó	Meta 04- Apoiar a gestão do PGTI da TIKNO.
	Associação Kaxinawá do Rio Breu - AKARIB	Oficina de Arte e Ofício com madeira derrubada de roçado	Marechal Thaumaturgo	Meta 01 - Oficina de arte com madeira derrubada de roçado para 20 jovens.
	Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Nova Fronteira - APKANF	Criação de pequenos animais (Avicultura) para segurança Alimentar	Santa Rosa do Purus	Meta 1 - Criar aves para suprir aldeias com proteínas devido à escassez de animais de caça e pescados na Terra Indígena Alto Rio Purus.
				Meta 2 - Melhorar a nutrição da população das aldeias, especialmente crianças que se encontram em estado de vulnerabilidade alimentar.
	Associação Indígena Nukini - AIN	Semeando Viveiros - Construção de 2 viveiros para mudas e sementes de espécies florestais e frutíferas e capacidade de 6 mil mudas ao ano por unidade de viveiro.	Mâncio Lima	Meta 1 - Reuniões Comunitárias (Apresentar aos comunitários o Projeto Semeando Viveiros e Avaliação e apresentação dos resultados)
				Meta 2 - Capacitações (Capacitar os comunitários para a montagem dos viveiros, e para coleta de sementes e mudas)
				Meta 3 - Construção dos Viveiros (Implantação dos viveiros e instalação das caixas de água para irrigação)
	Organização dos Povos Indígenas Juruá - OPIRJ	Centro de Cerimonial e Artesanato Aldeia Varinaua - TI Campinas/ Katukina	Cruzeiro do Sul	Meta 1 - Construção do Centro de Cerimonial e Artesanato.

Chamamento	Organização	Projeto	Município	Metas
Chamamento Público N° 001/2018	Federação do Povo Huni Kui do Acre - FEPHAC	I Encontro Cultural dos Festivais Huni Kui - I ECFES-THUNIKUI	Marechal Thaumaturgo, Tarauacá, Feijó, Santa Rosa, Jordão	Meta 1 - Apoio para a realização do I ECFESTHUNIKUI.
	Associação Kaxinawá da Aldeia Formoso - AKAF	Referência Culturais Huni Kui da Aldeia Formoso - Alto Rio Envira.	Feijó	Meta 01 - Reunião com toda comunidade para apresentar o projeto e seu custo; Realizar toda compra do material para construção do Shubuã huni kuin; Fretar 1 barco para transporte de matérias de Feijó para o local da obra.
				Meta 02 - Prestação de contas: Elaborar relatórios finais, organização de notas fiscais e relatório fotográfico e entrega do relatório final ao financiador.
	Associação dos Produtores Agro-extrativistas Hunikui do Caucho - APHAC	Construções	Tarauacá	Meta 01 - Construção de casa de alvenaria para ser um refeitório-casa de alimentação: Limpeza, Contratação de mão de obra carpinteiro, pedreiro, servente e ajudantes, Aquisição para material de construção, Construção do refeitório 14x7m e Reunião gerais.
	Associação dos Produtores Huni Kui da Aldeia São Francisco - ASPHASF	Desenvolvimento e produção Huni Kui da Aldeia São Francisco	Feijó	Meta 01 - Aquisição de Barco em Madeira tipo Batelão – Capacidade Para 8 Toneladas (CARGA). 12,0 m de comprimento;
				Meta 02 - Aquisição de Motor Estacionário a Diesel - Potência de 18 HP Acoplada com Rabeta Tipo Rabetão;
				Meta 03 - Aquisição de gasolina.

Chamamento	Organização	Projeto	Município	Metas
Chamamento Público N° 001/2018	Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá - ASSC	Transporte e Produção Agroextrativista dos Jaminawa do Rio Caeté	Sena Madureira	Meta 01 - Aquisição dos equipamentos: Cotação de preço e processo de aquisição dos bens do projeto.
				Meta 02 - Pactuação e construção dos planos de uso dos bens: Realizações de reuniões para informes, entregas dos bens, elaboração do plano de usos, elaboração do plano de usos, prestação de conta e relatórios técnico.
	Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Paroá - APROKAP	Desenvolvimento Sustentável e Cultural Huni Kui da Aldeia Paroá — Baixo Rio Envira.	Feijó	Meta 01 - Incrementar a cadeia de artesanato;
				Meta 02 - Promover o fortalecimento Cultural.
	Federação do Povo Huni Kui do Acre - FEPHAC	III Encontro das Artesãs e Artesão Indígenas do Vale do Juruá - AAI-VAJ	Marechal Thaumaturgo, Tarauacá, Feijó, Mâncio Lima e Cruzeiro do Sul.	Meta 01 - Apoio para realização do III Encontro de artesãs e artesões do Vale do Juruá
	Associação dos Kaxinawá do Rio Breu - AKARIB	Fomento ao artesanato para mulheres indígenas	Marechal Thaumaturgo	Meta 01 - Realização de uma Oficina em tecelegem, cerâmica e cestaria com mestras artesãs; Meta 02 - Construção de três casas de artesanato.
	Organização de Mulheres Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia - SITOAKORE	Fortalecimento das aptidões artesanais coletivas dos territórios indígenas Katukina Campinas, Katukina/kaxinawá e Kulina Alto Purus	Rio Branco	Meta 01 - Elaborar o diagnóstico das atividades artesanais desenvolvidas nas terras indígenas;
				Meta 02 - Promover a Capacitação de 20 artesãos indígenas.
				Meta 03 - Promover as atividades artesanais desenvolvidas nas Terras Indígenas.

Chamamento	Organização	Projeto	Município	Metas
Chamamento Público N° 001/2018	Associação dos Produtores Huni Kui da Aldeia São Francisco - ASPHASF	Fortalecimento das Mulheres Huni Kui da Aldeia São Francisco	Feijó	Meta 01 - Construção do centro cultural Hunikui das artesãs: Contratação de empresa para prestação de serviço de engenharia na construção de casa de artesanato 10x08 - 80,00m ² visando atender a ASPHASF.
				Meta 02 - Oficina das Mulheres artesãs: Diárias, Miçangas variadas para o curso, Diesel, Gasolina e Gêneros Alimentícios.
	Associação Agro-Extrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga - AAPBI	Artesanato para fortalecimento cultural e empoderamento da mulher Puyanawa	Mâncio Lima	Meta 01 - Empoderamento e fortalecimento cultural pelo artesanato;
				Meta 02 - Registro e monitoramento das atividades culturais.
	Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá - OPIRJ	Fortalecimento Institucional da OPIRJ	Cruzeiro do Sul	Meta 01 - Reforma da sede OPIRJ;
				Meta 02 - Apoio Administrativo OPIRJ. Contratação de Consultoria administrativo financeiro;
				Meta 03 - Consultoria e Diagnóstico e Etnomapeamento da OPIRJ.
	Federação do Povo Huni Kui do Acre - FEPHAC	Protagonismo Fortalecimento e Autonomia Huni Kui - FEPHAC	Jordão	Meta 01 - Apoio para manutenção e melhoria da estrutura administrativa, técnica e logística - FEPHAC;
				Meta 02 - Promover o II encontro do Conselho e Diretoria da FEPHAC;
				Meta 03 - Construção de Espaço Comunitário - Kupixawa - Aldeia Yskuia Yuxibu.

Chamamento	Organização	Projeto	Município	Metas
Chamamento Público N° 001/2018	Organização de Mulheres Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia - SITOAKORE	Fortalecimento e estruturação da política socioambiental das mulheres indígenas aprimorando sua capacidade de comunicação e governança no apoio a gestão participativa dos territórios indígenas.	Rio Branco	Meta 01 - Promover a gestão participativa e transparente;
				Meta 02 - Autonomia Política Institucional de 30 Mulheres Indígenas;
				Meta 03 - Instituir Instrumentos de Comunicação;
				Meta 04 - Equipar a Estrutura Organizacional da SITOAKORE;
Chamamento Público N° 001/2019	Associação dos Produtores Kaxinawa da Aldeia Paroá - APROKAP	Apoiar o Projeto Feira de Artesanato Huni Kui da Aldeia Paroá Baixo Rio Envira	Feijó	Meta 01 - compra de miçangas de cores variadas: 100 kg de miçangas variadas para confecção de artesanato;
				Meta 02 - Compra de combustível para transporte de participantes da cidade até a aldeia: compra de gasolina para o transporte dos participantes da cidade para aldeia;
				Meta 03 - Compra de carnes bovina, suína e de aves para alimentação dos participantes.
	Associação dos Produtores Huni Kui da Aldeia do São Francisco - ASPHASF	Apoiar o Projeto III Festival Mani Mutsa Aldeia São Francisco	Feijó	Meta 01 - Realizar contratação de 10 pessoas da comunidade para limpeza da arena e contratação de 10 pessoas para construção das casinhas para venda de comida típica huni kui, artesanatos e outros;
				Meta 02 - Aquisição de 300 litros de gasolina, aquisição de 122 litros de óleo diesel e diárias locação de barco para transporte dos participantes;
				Meta 03 - Aquisição de alimentação para os participantes do festival Mani Mutsa: Compra de 300 Kg de carne bovina, Compra de 100 Kg de Frango e compra de 200 Kg de peixe.

Chamamento	Organização	Projeto	Município	Metas
Chamamento Público N° 001/2019	Associação Agroextrativista Puyanawa do Barão e Ipiranga - AAPBI	Apoiar o Projeto IV Festival Atsa Puyanawa	Mâncio Lima	Meta 01 - Fortalecimento de iniciativas de valorização cultural e etnoturismo da terra indígena Puyanawa.
	Associação Kaxinawa da Aldeia Formoso - AKAF	Apoiar o Projeto Festival do Mani (Banana)	Feijó	Meta 01- Comprar Combustível para transporte dos participantes da cidade até a aldeia;
				Meta 02 - Compra de carnes: bovina, suína e de aves.
	Associação dos Seringueiros, Produtores e Artesãos Kaxinawa de Nova Olinda - ASPAKNO	Apoiar o Projeto Festival Nuku Heshe Xarabu Mae Ixtxi Nãti	Feijó	Meta 01 - Realizar a contratação de 10 pessoas da comunidade para limpeza da arena e contratar 10 pessoas para construção das casinhas para venda;
				Meta 02 - Aquisição de Combustível para transporte dos participantes da cidade para a aldeia e logística: 300 litros de gasolina, 122 litros de óleo diesel e 05 diárias locação de barco para transporte dos participantes.
				Meta 03 - Aquisição de alimentação para os participantes do festival Nuku Heshe Xarabu Mae Ixtxi Nãti: 300 Kg de carne bovina, 200 Kg de peixe e compra de materiais elétricos: fios, lâmpadas boçais e refletores.
	Associação dos Povos Indígenas Shanenawa da Aldeia Shane Kaya	Apoiar o Projeto Festival Shanenawa Nuke Feya Xarahu	Feijó	Meta 01 - Aquisição de combustível para transporte de participantes até a cidade: 600 litros de gasolina;
				Meta 02 - Compra de Carne para alimentação dos participantes do festival: Bovina, Suína, Peixe e Aves.

Chamamento	Organização	Projeto	Município	Metas
Chamamento Público N° 001/2019	Associação dos Produtores e Agroextrativistas Huni Kui do Caucho - APAHC	Apoiar o Projeto VI Festival Cultural e Espiritual do Caucho	Tarauacá	Meta 01 - Apoiar o Projeto VI Festival Cultural e Espiritual do Caucho
	Organização dos Agricultores Kaxinawa da Colonia 27 - OAKAT 27	Apoiar o Projeto IV Festival Manã Ibubu	Tarauacá	Meta 01 - Apoio ao Festival Nuku Manã Ibubu
Chamamento Público N° 002/2024	Associação das Comunidades Indígenas Ashaninka da Terra Indígena do Rio Breu - AARIB	Fortalecer a segurança alimentar, transporte da produção e comunicação do Povo Ashaninka do Rio Breu.	Marechal Thaumaturgo	Meta 01 – Fortalecer a segurança alimentar por meio da criação de aves;
				Meta 02 – Fortalecer a segurança alimentar por meio da construção de galinheiros;
				Meta 03 – Fortalecer a segurança alimentar por meio da criação de aves;
				Meta 04 – Fortalecer o transporte nas aldeias;
				Meta 05 – Fortalecer a comunicação nas aldeias;
				Meta 6 – Fortalecer a segurança alimentar, transporte e comunicação nas aldeias;
	Associação do Povo Arara do Rio Amônia	Aivu, Vakevu Vevu: A confecção de artesanatos tradicionais do Povo Apolima Arara.	Marechal Thaumaturgo	Meta 01 – Promover o artesanato nas aldeias Apolima Arara;
				Meta 02 – Fortalecer a segurança alimentar por meio da construção de galinhas e construção de galinheiros;
				Meta 03 – Promover o artesanato e fortalecer a segurança alimentar;
	Associação do Povo Ashaninka do Rio Envira - ASPARE	Fortalecer a produção agroflorestal e a promoção cultural do Povo Ashaninka do Rio Envira	Feijó	Meta 01 – Fortalecer a produção agroflorestal;
				Meta 02 – Favorecer a comunicação Ashaninka;
				Meta 03 - Promover o artesanato Ashaninka;

Chamamento	Organização	Projeto	Município	Metas
Chamamento Público N° 002/2024				Meta 04- Promover o artesanato e fortalecer a segurança alimentar;
	Associação do Povo Indígena Jaminawa Arara do Rio Bagé - AJARB	Fortalecer a cultura e o bem-viver do Povo Indígena Jaminawa Arara do Rio Bagé	Marechal Thaumaturgo	Meta 01 – Promover o artesanato nas aldeias da TI Jaminawa Arara do Rio Bagé;
				Meta 02 – Fortalecer a segurança alimentar;
				Meta 03 – Fortalecer a segurança alimentar por meio da construção de galinhas e construção de galinheiros;
				Meta 04 – Promover o artesanato e fortalecer a segurança alimentar;
	Associação dos Seringueiros, Produtores e Artesãos Kaxinawá de Nova Olinda – ASPAKNO	Apoio ao transporte e comunicação na Terra Indígena Kulina do Igaraapé do Pau, Feijó	Feijó	Meta 01 – Fortalecer o transporte das aldeias;
				Meta 02 – Fortalecer o transporte e produção agroflorestal nas aldeias;
				Meta 03 – Favorecer a comunicação nas aldeias;
				Meta 04 – Fortalecer a segurança alimentar;
	Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre – AMAAIAC	Assegurar a comercialização da produção e valorizar a cultura Ashaninka	Rio Branco	Meta 01 – Orçamento e aquisição de ferramentas;
				Meta 02 – Aquisição de kit: casa de engenho e engenho;
				Meta 03 – Aquisição de maquinário: despoldadeira;
				Meta 04 – Gêneros alimentícios para mão de obra durante a construção;
				Meta 05 – Aquisição de barco e motor 13Hp
				Meta 06 – Aquisição de materiais e realização de oficinas;

Chamamento	Organização	Projeto	Município	Metas
Chamamento Público N° 002/2024	Associação do Povo Shawãdawa do Igarapé Humaitá – APSIH	Fortalecimento da Gestão Territorial, segurança alimentar e da cultura Shawãdawa Arara do Igarapé Humaitá	Porto Walter	Meta 01 – Obter pelo menos três orçamentos competitivos de serviços gráficos para a produção das publicações do Plano de Gestão, visando garantir eficiência e economia;
				Meta 02 – Construir 10 galinheiros (um por aldeia) e aquisição de 04 galinhas e 1 galo para cada aldeia;
				Meta 03 – Construir 10 chiqueiros/cercados e aquisição de 10 casais de porcos para reprodução;
				Meta 04 – Adquirir miçangas e ferramentas para confecção de artesanatos;
				Meta 05 – Promover o protagonismo e a participação de 20 mulheres e 10 jovens em ações comunitárias;
				Meta 06 – Realizar 01 oficina;
	Associação do Povo Shawãdawa do Igarapé Humaitá – APSIH	Fortalecimento da Gestão Territorial, segurança alimentar e da cultura Shawãdawa Arara do Igarapé Humaitá	Porto Walter	Meta 01 – Compra dos materiais para construção de galinheiros;
				Meta 02 – Construção de galinheiros;
				Meta 03 – Implementar a criação de galinhas nas aldeias;
	Organização dos Professores Indígenas do Acre - OPIAC	Fortalecer política, institucional e operacionalmente a OPIAC: aprimoramento sua estrutura de gestão e ampliando sua capacidade de atuação na promoção da educação nas Terras Indígenas	Rio Branco	Meta 01 – Autonomia política e institucional de 50 professores indígenas, capacitação da coordenação e dos conselhos deliberativo e fiscal da OPIAC
				Meta 02 – Apoio à gestão organizacional.

6. ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DOS AGENTES AGROFLORESTAIS INDÍGENAS - AMAAIAC

Para fortalecer os Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI), foi instituída em 2002 a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre - AMAAIAC, entidade jurídica que luta pelo fortalecimento dos agentes e busca estabelecer um reconhecimento interinstitucional com o Estado, visando o reconhecimento profissional da categoria.

6.1 Reconhecimento Governamental

O governo do Estado do Acre reconhece a importância das atividades desenvolvidas pelos agentes indígenas, considerando-os parceiros essenciais na preservação ambiental e manejo sustentável. A partir do ano 2000, passou a incluir apoio à gestão ambiental e territorial das terras indígenas.

6.2 Apoio Institucional

Desde 2014, o Programa REM Acre tem operacionalizado ações institucionais da AMAAIAC, por meio da remuneração de uma equipe de assessoria técnica, de gestão financeira e administrativa, em apoio à diretoria da associação. A AMAAIAC é uma referência e interlocutora em agendas e fóruns regionais, nacionais e internacionais destinados à discussão de alternativas para a construção de políticas de incentivo aos serviços ambientais que respeitem os direitos indígenas.





7. POVOS INDÍGENAS NO ACRE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O MEIO AMBIENTE

As terras indígenas são as categorias fundiárias que apresentam o menor índice de desmatamento no Acre (menos de 2%). Entretanto, dada a sua dimensão geográfica (2.436.306 hectares), é crescente a pressão de agentes externos sobre os recursos naturais presentes nessas áreas, que se acentua nas localizadas às margens das rodovias e na fronteira internacional.

7.1 Distribuição Territorial

As 35 terras indígenas existentes no estado estão distribuídas em 12 municípios e ocupam cerca de 14% do território acreano. Dados populacionais da Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2016) contabilizam 23.248 indígenas vivendo em aproximadamente 230 aldeias no estado.

7.2 Subprograma Territórios Indígenas

O subprograma Territórios Indígenas apoia a realização de atividades conforme linhas de ações alinhadas às políticas públicas para os povos indígenas. A implementação do subprograma indígena apresentou dois importantes diferenciais em relação aos

demais subprogramas do SISA e do Programa REM:

- a) Foi o subprograma em que mais claramente estava dada a associação entre recorte territorial, beneficiários e atividades apoiadas;
- b) O subprograma contou com mecanismos distintos de seleção de projetos.

7.3 Ações Desenvolvidas

Através da implementação do subprograma Indígena foram fomentadas ações que visam reduzir a pressão de atividades exploratórias que levem à degradação dos recursos naturais, por meio do apoio de monitoramento ambiental, fortalecimento cultural e fomento às atividades produtivas sustentáveis em 29 Terras Indígenas do estado do Acre.

8. RESULTADOS DOS AGENTES AGROFLORESTAIS INDÍGENAS - AAFIS NO ACRE

Os Agentes Agroflorestais Indígenas - AAFIs no Acre têm alcançado diversas conquistas significativas ao longo do programa REM Acre:

8.1 Principais Conquistas

Reflorestamento de Áreas Degradadas

Os AAFIs têm liderado projetos de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, contribuindo para a conservação do bioma amazônico e a manutenção da biodiversidade.

Educação Ambiental

Eles têm promovido a educação ambiental dentro das comunidades indígenas, aumentando a conscientização sobre práticas sustentáveis e a importância da preservação dos recursos naturais.

Fortalecimento da Segurança e Soberania Alimentar

Através da implementação de sistemas agroflorestais e outras práticas sustentáveis, os AAFIs têm melhorado a segurança e soberania alimentar das comunidades indígenas.

8.2 Atividades Principais

Os AAFIs são responsáveis por diversas atividades em suas terras, incluindo:

- a) Reflorestamento e Conservação: plantio de mudas e recuperação de áreas degradadas, contribuindo para a conservação do bioma amazônico;
- b) Educação Ambiental: promoção de práticas sustentáveis e conscientização ambiental dentro das comunidades;
- c) Vigilância Territorial: monitoramento e proteção das terras indígenas contra invasões e atividades ilegais;
- d) Assistência Técnica: apoio na implementação de sistemas agroflorestais, manejo integrado de pragas e criação sustentável de animais.

8.3 Apoio e Financiamento

A bolsa dos AAFIs é paga pelo governo do Acre, por meio do Programa de Apoio à Formação Profissional, instituída pela Lei nº 3.357/2017, com recursos do governo alemão KfW e Reino Unido decorrentes de contratos de contribuição financeira não reembolsáveis firmados com o Governo do Estado.

Temos na atualidade 218 agentes indígenas em diferentes estágios do processo de formação, atuando em 29 Terras Indígenas de 15 povos diferentes. Dos quais 148 recebem bolsa de apoio a formação financiados pelo Programa REM Fase II, atendendo critérios da AAMAIAC e do movimento indígena presente nas instancias de governança do SISA.

218 AAFIs

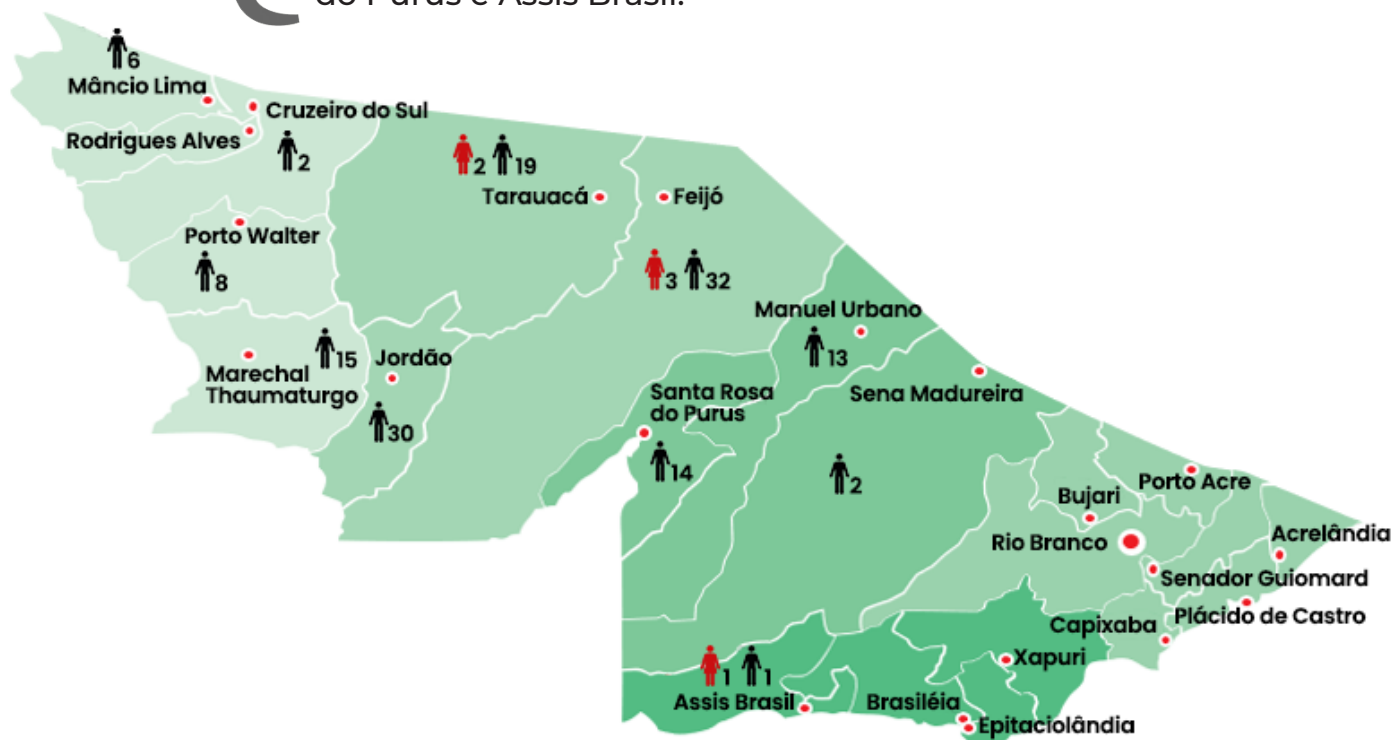
66 Formados;

152 em Formação;

15 Povos: Huni Kuĩ, Katukina, Manchineri, Puyanawa, Shanenawa, Ashaninka, Nukini, Noke Koi, Yawanawa, Nawa, Jaminawa, Shanenawa, Apolima-Arara, Jaminawa-Arara, Kuntanawa;

29 TIs;

10 Municípios: Feijó, Sena Madureira, Jordão, Marechal Thaumaturgo, Tarauacá, Mâncio Lima, Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Santa Rosa do Purus e Assis Brasil.



Cruzeiro do Sul	Campinas/Katukina
Feijó	Katukina/Kaxinawa, Kaxinawa do Rio Humaitá, Kaxinawa do Seringal Curralinho, Kaxinawa Nova Olinda
Assis Brasil	Cabeceira do Acre, Mamoadate.
Jordão	Kaxinawa do Baixo Rio Jordão, Kaxinawa do Rio Jordão, Kaxinawa Seringal Independência.
Mâncio Lima	Nawa, Nukini, Poyanawa
Marechal Thaumaturgo	Apolima Arara, Jaminawa-Arara do Rio Bagé, Kampa do Rio Amônia, Kaxinawa-Ashaninka do Rio Breu, RESEX do Alto Juruá.
Porto Walter	Arara do Igarapé Humaitá
Santa Rosa do Purus	Alto Rio Purus
Manoel Urbano	Alto Rio Purus
Sena Madureira	Jaminawa do Rio Caeté, Mamoadate
Tarauacá	Kampa do Igarapé Primavera, Kaxinawa da Colônia 27, Kaxinawa da Praia do Carapanã, Kaxinawa do Igarapé do Caucho,

8.4 Resultados da Formação

A formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas tem proporcionado resultados significativos em diferentes dimensões que impactam diretamente as comunidades indígenas e seus territórios.

Primeiramente, destaca-se a segurança alimentar com a implantação de sistemas agroflorestais e quintais florestais nas aldeias, promovendo a diversificação da produção de alimentos. Essa diversidade contribui para uma alimentação mais nutritiva e sustentável, apoiando a autonomia alimentar dos povos indígenas.

Outra importante contribuição da formação é a recuperação de áreas degradadas por meio das práticas agroflorestais. Essas ações restauram a vitalidade do solo e da vegetação, ampliando a capacidade produtiva das terras indígenas e promovendo a conservação dos recursos naturais essenciais para o equilíbrio ambiental.

O fortalecimento da economia familiar também é um resultado fundamental, com a comercialização dos produtos excedentes da produção agroflorestal por meio de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além da participação em feiras da agricultura familiar. Isso gera renda e incentiva a continuidade das práticas sustentáveis nas comunidades.

Finalmente, a preservação cultural é uma dimensão essencial da formação. Os conhecimentos indígenas sobre o manejo da floresta, sementes tradicionais e animais silvestres — como a tracajá e as abelhas sem ferrão — são valorizados e transmitidos, assegurando a continuidade das tradições, a biodiversidade local e os saberes ancestrais que sustentam a vida nas terras indígenas.

Esses resultados reafirmam a importância da formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas como um instrumento potente para o desenvolvimento sustentável, a conservação ambiental, o fortalecimento cultural e a segurança alimentar das comunidades indígenas brasileiras.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido pelos Agentes Agroflorestais Indígenas no âmbito do Programa REM Acre Fase II demonstra a importância fundamental desses profissionais para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável dos territórios indígenas. As ações implementadas contribuem significativamente para a redução do desmatamento, fortalecimento da segurança alimentar e preservação dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas no Acre.

A inclusão de mulheres no processo de formação e pagamento de bolsas na segunda fase do programa, reconhece e valoriza as atividades desempenhadas por essas mulheres em suas aldeias, a inserção em políticas públicas a exemplo o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, do governo federal.

Os resultados alcançados evidenciam que o investimento na formação e apoio aos agentes indígenas, representa uma estratégia eficaz para a gestão territorial e ambiental, alinhando objetivos de conservação com o desenvolvimento socioeconômico das comunidades indígenas, contribuindo para manutenção da floresta em pé.

10. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DOS AGENTES AGROFLORESTAIS INDÍGENA DO ACRE. **Relatório das atividades realizadas pelos agentes agroflorestais indígenas - AAFIs.** Cruzeiro do Sul, 2024.

COSTA, Renata; DILASCIO, Karla; ROMUALDO, Paula Lima. **1º Reunião Câmara Temática Indígena - REM FASE II/AC**. Rio Branco, 2018.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIGENAS DO ACRE. **Mulheres indígenas**: cuidando da floresta e do clima. 22 mar. 2021. Disponível em: <https://cpiacre.org.br/mulheres-indigenas-cuidando-da-floresta-e-do-clima/>. Acesso em: 2 out. 2025.

GAVAZZI, Renato Antonio. **Diagnóstico sobre a Formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre**. Rio Branco, 2021.

GAVAZZI, Renato Antônio. **Agrofloresta e Cartografia Indígena**: a gestão territorial e ambiental nas mãos dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre. São Paulo, 2012.

GAVAZZI, Renato et al. Yuimakî. Rio Branco, 2012-2013.

MENDOZA, E.; PASCA, D.; MONTENEGRO, M. **Novo Documento Do Programa REM Acre Fase II**: Projetos, metas, Impactos e diretrizes de Execução da Repartição de Benefícios. Rio Branco, 2024-2026. 131 p.

PROGRAMA REM. **Nota Técnica 01**: Análise do desmatamento nas propriedades dos beneficiários do REM-AC de 2018 a 2022. 2023.

VERDUM, Ricardo; ARAUJO, André. **Experiências de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos Povos Indígenas**: O Desafio da Interculturalidade. Brasília: NEAD/SAF, 2010.

